

A GEOGRAFIA POLÍTICA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS NO MARANHÃO: TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E PODER NO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DA VALE 2009

José Arnaldo dos Santos Ribeiro Júnior

Bolsista PIBIC (CNPq), pesquisador do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), membro do Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Sindicalismo (NEPS) e da Rede Justiça nos Trilhos.

Horácio Antunes Sant'Ana Júnior

Doutor em Ciências Humanas - Sociologia - pela UFRJ, Professor da UFMA e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) e Políticas Públicas (PPGPP). Líder do Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA)

RESUMO: Este trabalho, a partir de um ponto de vista crítico, identificado com a ecologia política, visa contribuir para o estudo da temática dos conflitos socioambientais, considerando a necessidade de se compreender a atuação de determinados agentes particulares atuantes que interferem no campo sócio-econômico e político-ambiental, possibilitando, destarte, entender conjuntamente como processa-se as diversas espacializações, as relações de forças antagônicas/co-existentes e os conflitos resultantes. Como objeto de estudo, selecionou-se a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atualmente Vale S.A, devido a sua intensa influência, materializado na sua territorialização, no Estado do Maranhão, que tem ocasionado vários impactos sociais e injustiças ambientais em virtude do seu planejamento político-econômico que promove inadequadamente transformações de cunho social e ambiental (geográfico), como o deslocamento de populações e a apropriação do território, respectivamente. Dentro desta perspectiva, foi realizado o estudo da distribuição dos conflitos ambientais no Maranhão, através do discurso contido no documento intitulado Relatório de Sustentabilidade 2009 da Vale, buscando, quando possível, redarguir as afirmações presentes no documento com casos concretos.

Palavras-chave: Relatório de Sustentabilidade da Vale. Ecologia Política. Conflitos Ambientais no Maranhão.

THE POLITICAL GEOGRAPHY OF ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN MARANHÃO: TERRITORY, DEVELOPMENT AND POWER IN THE VALLEY SUSTAINABILITY REPORT 2009

ABSTRACT: This work, from a critical point of view, identified with the political ecology, aims to contribute to the theme of environmental conflicts, considering the necessity to understand the actions of certain particular acting agents that interfere in the socio-economic and political-environment fields, allowing, in this way, to understand altogether how the various spatializations, the relation between antagonistic /co-existing forces and the resulting conflicts are processed. As the object of this study, were selected the Valley of the Rio Doce Company (CVRD), currently Valley SA, due to its heavy influence, reflected in its territorial, in the state of Maranhão, which has caused many social impacts and environmental injustices because of its political-economic planning that promotes social and environmental (geographical) transformations inadequately, like the displacement of populations and the appropriation of the land, respectively. Within this perspective, it was realized the distribution study of environmental conflicts in Maranhão, through the discourse contained in the document entitled Sustainability Report by Valley 2009, and seeking, when it is possible, to reprove the present affirmations in the document with concrete cases.

Key-Words: Valley's Sustainability Report. Political Ecology. Environmental Conflicts in Maranhão.

INTRODUÇÃO: ESTABELECENDO O CONTEXTO

A Vale¹ é uma das maiores transnacionais e uma das maiores mineradoras do mundo. Seu grupo empresarial é composto por pelo menos 27 empresas coligadas, controladas ou *joint-ventures* distribuídas em mais de 30 países, dentre eles Canadá, Moçambique e Nova Caledônia, nos quais desenvolve atividades de prospecção e pesquisa mineral, mineração, operações industriais e logística. É uma empresa multinacional sediada no Brasil que conta com 60 mil empregados próprios e 80,6 mil terceirizados, totalizando mais de 140 mil empregados.

Desde a década de 1970, a Vale tem atuado direta e indiretamente no território maranhense, haja vista o Corredor Norte da Companhia ser formado por um complexo mina-ferrovia-porto, a saber: a província mineral de Carajás, no Pará; a Estrada de Ferro Carajás, que corta os Estados do Pará e Maranhão, e, finalmente, o Terminal Marítimo Ponta da Madeira, localizado na capital São Luís-MA. A estruturação desse complexo tem contribuído decisivamente para a promoção de impactos socioambientais: deslocamento de populações,

¹ Desde 2007, a Companhia Vale do Rio Doce utiliza o termo Vale como nome fantasia.

poluição atmosférica, mudanças na articulação e apropriação do território, reorganização da economia e crescimento urbano desordenado.

No decorrer deste artigo, objetivamos analisar o documento intitulado “Relatório de Sustentabilidade 2009” da Companhia Vale do Rio Doce, que está disponível no sítio www.vale.com. O documento compõe-se de três seções principais: OPERADOR SUSTENTÁVEL, CATALISADOR DO DESENVOLVIMENTO LOCAL e AGENTE GLOBAL DE SUSTENTABILIDADE.

1- O PERFIL DE UMA EMPRESA MODERNA, “ECO-EFICIENTE” E (IN)SUSTENTÁVEL

A Vale se apresenta no relatório como uma empresa que preza 1) pela ética nos negócios, 2) pelo respeito ao meio ambiente, 3) pela qualidade de vida nos territórios onde atua e 4) por buscar contribuir para a construção de um legado positivo para as gerações futuras (VALE, 2010a, p.2). Este pequeno **perfil** da empresa já nos permite ter uma noção do que esperar da leitura do relatório: um escrito que se apresenta como a fonte da verdade objetiva, que servirá como prova inquestionável e de legitimação de suas ações. Mas, continuemos com o documento:

Somos uma empresa global com atuação direcionada ao setor de mineração. Promovemos a pesquisa, a produção e a comercialização de um amplo portfólio de produtos que hoje inclui minério de ferro e pelotas, níquel, cobre, carvão, bauxita, alumina, alumínio, potássio, caulim, manganês, ferroligas, cobalto, metais do grupo da platina e metais preciosos. Nossos negócios incluem, ainda, os segmentos de logística, energia, siderurgia e fertilizantes, que consideramos estratégicos e integrados à mineração. Nossos produtos e serviços estão presentes em todas as áreas da **sociedade moderna**, como componentes fundamentais para a garantia da qualidade de vida das pessoas. Três de nossos principais produtos – minério de ferro, carvão e manganês – são insumos essenciais para a fabricação do aço, presente na indústria de base, nos transportes, nas construções e em milhares de itens do nosso dia a dia. O níquel é utilizado na produção de aço inoxidável e também integra equipamentos eletrônicos e médico-hospitalares. O cobre está presente nas redes de telecomunicação e também nos aparelhos de TV e celulares. A bauxita é insumo para a produção de alumínio, material que compõe tanto embalagens como peças de aviões. Já o uso do potássio e da rocha fosfática aumenta a produtividade da agricultura, enquanto o caulim é utilizado nas indústrias de papel, cerâmica e farmacêutica (VALE, 2010a, p.2, os grifos são nossos).

Para pensar criticamente uma descrição tão alvissareira da atividade minerária realizada pela Vale é preciso, antes de mais nada, lembrar que a atividade de mineração é extremamente agressiva ao meio ambiente. Este fator, aliado aos segmentos de logística (principalmente a Estrada de Ferro Carajás, com seus 892 km, por onde a Vale escoia a sua produção), energia (uma demanda cada vez mais crescente para que o trabalho possa ser concretizado²), siderurgia (metalurgia do ferro e do aço que cada vez mais expõe seus riscos) e fertilizantes (um dos muitos símbolos da Revolução Verde³) constituem a esfera de ação da Companhia. A justificativa para toda essa ação, para todo esse portfólio estratégico, está arraigada na **modernização** da sociedade: todos os produtos e serviços oferecidos pela Vale se fazem extremamente necessários para a garantia da qualidade de vida das pessoas. É como se fora desse âmbito, da modernidade, **a vida não fosse de qualidade ou qualificada**: todos seriam tradicionais⁴.

No espaço dedicado a mensagem do diretor-presidente Roger Agnelli lê-se:

Frente à retração da demanda por minerais e metais, em função da redução sem precedente na produção da indústria siderúrgica, tivemos de realizar iniciativas voltadas à **redução de custos** e ao **aumento da eficiência**. No entanto, tomamos medidas para manter os talentos internos, entre as quais a recolocação e a requalificação dos nossos funcionários. Fizemos os ajustes necessários para enfrentar a situação imediata, mas realizamos, em 2009, investimentos de US\$ 9 bilhões, fundamentais para o nosso crescimento orgânico e para a sustentabilidade econômica no médio e no longo prazos (VALE, 2010a, p.6, os grifos são nossos).

Em virtude da recessão econômica mundial, iniciada no final de 2008, na qual a Vale reduziu os investimentos de US\$ 14 bilhões para US\$ 9 bilhões, como também demitiu 2 mil trabalhadores diretos e 13 mil terceirizados, a empresa economizou com essa demissão de trabalhadores diretos aproximadamente US\$ 200 milhões e US\$ 616 milhões com os terceirizados, totalizando US\$ 816 milhões (RIBEIRO JUNIOR; SANT'ANA JÚNIOR, 2010).

² Não nos esqueçamos que energia é a capacidade de realizar trabalho (PORTO-GONÇALVES, 2006).

³ Foi chamado de revolução verde um amplo processo internacional de incorporação de sementes manipuladas geneticamente, insumos agrícolas, fertilizantes, maquinário pesado na agricultura, alterando formas tradicionais e locais de produção (MUNIZ; SANT'ANA JÚNIOR, 2009, p. 256).

⁴ A noção de modernidade está atrelada diretamente a de colonialidade: a história moderna nada mais é do que a universalização de uma história local: aquela da Europa. Modos de produzir e consumir de origem européia são considerados modernos; em contrapartida, o que não é europeu é considerado atrasado, bárbaro, tradicional (DUSSEL, 2005).

Creemos que este exemplo ilustra bem o que a Vale entende por **redução de custos e aumento da eficiência**⁵. Agora vem o mais interessante:

[...] a Vale contabilizou, em 2009, um **lucro líquido** de **US\$ 5,3 bilhões**, realizando uma remuneração total ao acionista de US\$ 2,75 bilhões. Em meio a toda a incerteza nos mercados globais, realizamos, em 2009, extensos **investimentos socioambientais**, totalizando **US\$ 781 milhões**, destinando US\$ 580 milhões para ações ambientais e US\$ 201 milhões a projetos sociais (VALE, 2010a, p.7, os grifos são nossos).

Nas palavras do diretor-presidente Roger Agnelli, presume-se que a Vale investiu maciçamente em meio ambiente e projetos sociais. Só que este dado por si só **mascara** uma realidade. Se fizermos o cálculo sobre a **porcentagem** dos investimentos socioambientais sobre o lucro líquido da companhia temos como resultado: 0,15%. Ressalte-se ainda que este é o valor disponibilizado para todas as unidades da companhia.

Muito desse sucesso econômico alcançado pela Vale reflete o seu posicionamento no mercado mundial (exportadora de matéria-prima), no qual a sua transnacionalização e o seu crescimento assombroso deve-se, em parte, a demanda industrial da China (GODEIRO *et al*, 2007). Com efeito, as negociações entre as mineradoras mundiais com a Baosteel chinesa tornam-se referência para o preço anual do minério de ferro no mercado internacional (FIGURA 01).

⁵ É importante notar que a eficiência, concebida no âmbito da ciência moderna e do desenvolvimento capitalista, é um dos critérios principais para avaliar as tecnologias e o trabalho produtivo. Dessa forma, quanto mais eficiente for um processo produtivo, mais desenvolvido ele será. Eficiência e desenvolvimento se tornam sinônimos. A ciência é então o caminho para se atingir tal objetivo. Sob o cânone da ciência moderna esse conceito foi associado a um tipo específico de utilização de recursos (ALVARES, 2000).



Figura 01. Vendas de minério de ferro para China. Fonte: Vale, 2010b.

Em matéria publicada no jornal “O Estado de São Paulo”, David Friedlander escreve que depois de dobrar o preço do minério de ferro (em abril de 2010), a Vale o reajustará em 35%. Com o novo reajuste, a previsão é que a Vale dobre o faturamento este ano e, conseqüentemente, as siderúrgicas já se preparam para repassar o aumento de custos. O novo preço começou a vigorar a partir de 1º de julho de 2010 e, segundo os analistas, o faturamento da Vale deve dobrar, fechando o ano em mais de US\$ 40 bilhões (RIBEIRO JUNIOR; SANT'ANA JÚNIOR, 2010).

O reajuste foi feito em consonância com o mercado chinês: a cotação do minério de ferro no mercado chinês bateu em US\$ 189,50 a tonelada, enquanto a mineradora brasileira vendia seu produto por cerca de US\$ 110 - que foi o preço fixado pela Vale para o *trimestre que vai de abril a junho*. Nesse sentido a Vale está tentando **recuperar a defasagem** adquirida em relação à China.

Começou em julho de 2010 quando o preço do minério de ferro da Vale foi reajustado de US\$ 110 para algo em torno de US\$ 140 e US\$ 145 a tonelada. É significativo o reajuste, ainda mais se considerarmos que antes da crise econômica global, que desencadeou um período de recessão nas mais diversas economias do mundo, em setembro de 2008, a Vale vendia a tonelada de minério de ferro por US\$ 80 (RIBEIRO JUNIOR; SANT'ANA JÚNIOR, 2010).

É interessante perceber como a empresa que se diz comprometida com o “desenvolvimento dos empregados”, por serem “dinâmicos e persistentes”, não levou em

consideração que poderia estar sendo descompromissada ao não destacar que, ao aumentar o preço do minério de ferro, a Vale promoveu o fechamento das portas da Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré. No início da década, o preço de cada tonelada de ferro valia US\$ 30. Atualmente varia entre US\$ 130 e US\$ 150. Isso é aproximadamente um aumento de cinco vezes em 10 anos. Com a alta no preço, a Vale contribuiu negativamente para a produção de ferro gusa no Distrito Industrial de Pequiá, em Açailândia - MA. Com efeito, não apenas a Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, mas também a Siderúrgica do Maranhão, que juntas geram cerca de 500 empregos diretos e 2000 indiretos, foram diretamente afetadas. Relativamente a tal impasse, a ex-Deputada Helena Heluy (PT-MA) convocou junto a uma comitiva de metalúrgicos, uma audiência pública na Assembléia Legislativa do Maranhão, que, infelizmente, não teve resultados positivos e se transformou em pouco mais do que um desabafo e algumas falas de consolo. O fato é que os impactos no setor de empregos chegaram a 3 mil diretos e 6 mil indiretos (RIBEIRO JUNIOR; SANT'ANA JÚNIOR, 2010).

2- OPERADOR “SUSTENTÁVEL”... E LUCRATIVO

Um dos três pilares da Vale é o operador sustentável. “Operar com sustentabilidade é atuar com consciência e responsabilidade socioeconômica e ambiental em todo o ciclo de vida das nossas atividades. É criar “V.A.L.O.R.” (VALE, 2009a, p. 1). Para demonstrar com mais clareza o que a empresa entende por criar valor, o relatório segue afirmando:

Nos últimos dez anos, entre 2000 e 2009, a Vale foi a empresa de mineração diversificada que mais gerou valor para o acionista, com retorno total (TSR, na sigla em inglês de *Total Shareholder Return*) de 33,2%, em média, por ano, desempenho que se repetiu também nos últimos cinco anos, entre 2005 e 2009, com TSR médio de 35,3%. [...] o valor de mercado da Vale passou de US\$ 61,9 bilhões, em 31 de dezembro de 2008, para US\$ 146,9 bilhões, ao final de 2009. [...] Nos últimos cinco anos, a Vale distribuiu aos seus acionistas, sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, o valor de US\$ 10,075 bilhões, sendo US\$ 2,75 bilhões apenas em 2009 (VALE, 2010a, p.19).

Em apenas um espaço de tempo de 01 ano (2008-2009), a Vale aumentou seu valor de mercado em US\$ 85 bilhões. O que se esconde por trás desse número é uma exploração brutal da

natureza e dos seus trabalhadores que se converte em dividendos para os acionistas. Apenas para 2009, a Vale repassou mais de 27% do seu lucro para os acionistas. “Este dinheiro poderia pagar todos os salários da empresa em todo o mundo e ainda sobrar 25% deste valor para entregar aos acionistas [...] **dinheiro suficiente para pagar a folha de pagamento anual dos 42 mil trabalhadores da Vale no Brasil** (ORGANIZAÇÕES, 2010, p.40, os grifos são nossos).

Não obstante, ateste-se que, quando se fala em “controle de emissões”, as plantas de alumínio possuem 22% de suas emissões por processo e **78% originadas da queima de combustíveis fósseis**. Para este último, o **consumo de carvão mineral foi 40% maior** para o ano de 2009. Além disso, as locomotivas e equipamentos de mineração correspondem a cerca de 70% das emissões globais da Vale e, por mais que a empresa advogue que estão “predominantemente, em áreas não habitadas ou com baixo índice de ocupação, o que reduz significativamente os impactos na qualidade do ar” (VALE, 2010a, p.64), ela ignora, por exemplo, as vibrações produzidas pelo trem quando passa por algumas localidades, como é o caso de Arari-MA, o que provoca muitas rachaduras nas casas próximas, colocando em risco suas estruturas.

Em Arari, a Vale está implantando uma Estação Conhecimento. As Estações Conhecimento são Núcleos de Desenvolvimento Humano e Econômico, idealizados pela Fundação Vale que seguem o modelo rural ou urbano. Os núcleos são organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), viabilizadas por meio de parcerias locais com o poder público e entidades da sociedade civil organizada. Seu objetivo divulgado é contribuir para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades tendo como público prioritário crianças e jovens, estimulando-os em práticas esportivas, atividades culturais e empreendedorismo. No dizer de Pantoja (2010, p. 8-9):

Este é o grande projeto da Fundação atualmente, ainda que o cronograma de implantação das Estações esteja atrasado.

Trata-se de um novo modelo de intervenção social da empresa, focado no desenvolvimento individual dos participantes e voltado ao esporte individual. A empresa já tem páginas da web dedicadas ao programa, onde se vêem principalmente crianças, e ao *marketing* do desenvolvimento individual de seus participantes, através das conquistas de medalhas em competições pelo Brasil (o “Programa Brasil Vale Ouro” começa nas Estações Conhecimento e funciona em suas instalações). Além das atividades esportivas, são oferecidas atividades voltadas à “vocação produtiva local”, onde “o conhecimento adequado à região é

trabalhado, elegendo cadeias produtivas de maior valor agregado, que possam ganhar escala de produção”, e para isso é oferecido apoio técnico aos produtores, além de estímulo ao comércio dos bens produzidos. Um exemplo deste tipo de produção é a de biojóias (colares e outras peças feitas com sementes da região), em Tucumã-PA. A previsão é de que sejam instaladas 15 Estações Conhecimento, sendo 9 delas no Maranhão, ao longo da EFC. Os recursos vêm da Lei do Esporte (1% do I.R. da pessoa jurídica da empresa e 6% dos empregados, o que somaria cerca de R\$ 23 milhões, segundo apresentação da empresa) e do Projeto Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, pelo qual cada cidade que implementar um centro destes recebe R\$300 mil por ano.

Ressalte-se que esta iniciativa da empresa se transforma em apenas um paliativo, pois dentre os principais problemas em Arari podem ser destacados: 1) a poluição sonora produzida pelo trem; 2) o pó de ferro que o trem deposita nas casas e na atmosfera e é inalado pelos moradores; 3) os atropelamentos de pessoas e animais; 4) transtornos pelas paradas contínuas e demoradas dos trens nos lugares de cruzamento; 5) as enchentes provocadas por causa da elevação da estrada de ferro que retém as águas em época de inverno; e 6) o transporte de passageiros que é ausente de qualidade, tanto no atendimento, quanto no serviço.

Outro conflito existente refere-se à ampliação do Terminal Marítimo Ponta da Madeira. Tal obra já fora autorizada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O anúncio foi publicado pela Agência em março de 2010, no Diário Oficial da União. A Vale, operadora do terminal, entrou com pedido para implantar o Píer IV e aumentar o Pátio I de estocagem, mas não entregou à Agência a certidão de cessão de uso oneroso de espaço físico em águas públicas, emitida pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Por esta razão, a mineradora somente poderá dar início à atividade econômica na parte *off shore* após comprovar a obtenção do documento junto à SPU. Já as obras de implementação do Píer IV e de ampliação do Pátio I de estocagem têm o aval para serem iniciadas em breve (ORGANIZAÇÕES, 2010).

A obra está estimada em R\$ 386 milhões e aumentará para aproximadamente 100 milhões de toneladas/ano a capacidade de exportação de granéis sólidos. A obra também habilitará a

instalação para receber os maiores navios graneleiros em operação no mundo, o Berge Stahl⁶ (356 mil toneladas) e o Chinamax⁷ (400 mil toneladas).

3- CATALISADOR DO DESENVOLVIMENTO LOCAL OU EMPRESA GLOBAL (DES)RETERRITORIALIZADORA?

A Vale se apresenta como um “Catalisador do desenvolvimento local”, pois informa que quer “ir além da gestão dos impactos de nossas operações e projetos, contribuindo voluntariamente e através de parcerias com governo e sociedade para o desenvolvimento L.O.C.A.L.” (VALE, 2009a, p. 2). Segundo o relatório:

A Vale, ciente da sua responsabilidade social perante os impactos causados com a implantação do Píer IV do Terminal Portuário de Ponta da Madeira, em São Luís, está realizando o Programa de Desenvolvimento Socioeconômico da Comunidade de Pescadores Artesanais da Praia do Boqueirão. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) definiu as áreas afetadas pelo empreendimento. Por isso, por meio da Fundação Vale, propusemos a construção participativa de um programa de apoio à pesca artesanal na praia do Boqueirão. Foram realizadas reuniões com pescadores e lideranças comunitárias e também articulações com o sindicato, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Estaleiro Escola, assim como visita às instalações da Vale no porto. A equipe da Fundação participou das audiências públicas em que foram apresentados os eixos do programa: valorizar e conservar a cultura da pesca artesanal, colaborar para a geração de renda e contribuir para o exercício da cidadania. A primeira etapa do programa, desenvolvida em 2009, incluiu a realização de uma pesquisa que classificou os pescadores em três grupos, de acordo com a atividade de pesca na praia para melhor definir o atendimento. Além disso, uma especialista em biologia marinha acompanhou a produção local e analisou as potencialidades de geração de renda dos grupos. Desde dezembro de 2009, os 51 pescadores inscritos no programa, junto com suas famílias, participam da qualificação, por meio de um convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), e recebem mensalmente uma bolsa-auxílio vinculada à participação nos cursos.

⁶ Este graneleiro opera com capacidade plena no Complexo Portuário de São Luís e no porto de Roterdã (Holanda). Ele possui 343 metros de comprimento, 65 de largura e calado de 23 metros. O navio tem peso bruto de 364.767 toneladas.

⁷ Os ChinaMax serão conhecidos agora como ValeMax. E o primeiro de uma série de 16 supergraneleiros deverá aportar no Brasil em março de 2011. Suas dimensões são as seguintes: 365 metros de comprimento por 66 metros de boca (largura), com calado de 23 metros (quilha) e capacidade de carga de 400 mil toneladas.

O programa inclui ainda a distribuição de materiais de pesca artesanal, *kit* de segurança e apoio para obtenção de documentos pessoais. Até 2012, tempo previsto para a duração dessa ação, a comunidade da praia de Boqueirão terá oportunidade de conhecer outras experiências comunitárias de desenvolvimento local, por meio de visitas técnicas (VALE, 2010a, p.78).

Mais uma vez, para analisar o relatório, é de vital importância saber pensar o espaço: a geógrafa inglesa Doreen Massey nos ensina que o espaço molda as nossas cosmologias estruturantes, nosso entendimento do mundo, nossa política (MASSEY, 2008). O conflito entre a Vale e os pescadores, além de ser um conflito ambiental, é um conflito espacial, na medida em que os agentes envolvidos possuem diferentes cosmologias que se chocaram neste encontro de trajetórias e de histórias. A forma como ambos imaginam o espaço está posta: a Vale enxerga na implantação do píer IV mais uma operação comercial e mercantil que lhe trará cada vez mais lucros; na outra ponta, os pescadores, depois de terem sido desqualificados, são agora segmentados em valores monetários: sua existência e sua vida estão dispostas em cifras.

A Companhia informa também em seu relatório que na capital ludovicense, foi implementado o programa de formação de mão-de-obra local para a construção do Píer IV do Porto de Ponta da Madeira, que formou 300 jovens da área do Itaqui Bacanga, vizinha às instalações da empresa (VALE, 2010a).

Deve-se ter em mente que essa prática da Vale é uma forma de anestesiá-lo o conflito em que ela está diretamente inserida, além de que é uma forma de dividir a comunidade: como questionar os pescadores se a Vale está oferecendo a qualificação de mão-de-obra para o competitivo mercado de trabalho? Por que defender a causa de 50, 70 pescadores se a Vale qualificou 300 jovens? São questões importantes nas entrelinhas do processo.

4- AGENTE GLOBAL DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

Até agora pode-se perceber que o “operador sustentável” e a função de “catalisador do desenvolvimento local” são altamente questionáveis, posto que as práticas concretas da Companhia Vale do Rio Doce deflagraram uma série de conflitos ambientais que desembocam, sem nenhum exagero, numa verdadeira **cadeia produtiva de disputas territoriais**. Esta é a

última seção principal no qual gravitam os demais tópicos no Relatório. Nesta parte, a Vale se intitula um “Agente Global de Sustentabilidade”, em suas próprias palavras:

A atuação G.L.O.B.A.L. parte do reconhecimento de que determinados temas globais de sustentabilidade podem afetar nossos negócios, e de que a Vale - como uma das empresas líderes globais no setor de Mineração - pode contribuir para a promoção internacional de boas práticas de sustentabilidade (VALE, 2009a, p. 2).

De fato, a atuação da Vale é global, assim como também são seus impactos. Mais do que reconhecer-se enquanto tal, mais do que apenas se preocupar com a capacidade que um determinado tema tem de afetar os seus negócios, especialmente o setor de mineração, as “boas práticas de sustentabilidade” da Vale **sustentam apenas os seus negócios**; enquanto que uma verdadeira prática de sustentabilidade requer uma teoria sustentável, que implica, por conseguinte uma racionalidade ambiental (LEFF, 1998), ao contrário da racionalidade crematística⁸ da qual está impregnada a referida empresa.

Um fato curioso perceptível ao longo da análise foi constatar que a Vale foi signatária junto com outras dezenas de empresas (FIGURA 02) da “Carta Aberta ao Brasil sobre Mudanças Climáticas”. De forma sintética a “Carta” é um documento que mostra a visão, os compromissos e as propostas ao governo brasileiro de sugestões para o “drama climático”.

⁸ O estudo da formação dos preços de mercado, para ganhar dinheiro (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 53).



Figura 02. Signatárias da Carta Aberta ao Brasil sobre Mudanças Climáticas. Fonte:
<http://www.forumclima.pr.gov.br/arquivos/File/cartaabertaempresariosparaCOP15260809.pdf>.

Tal carta está longe de ser a “carta de alforria” da sociedade brasileira e muito menos da sociedade ocidental. Curioso mesmo é a assinatura da Vale, uma vez que ela foi a empresa que encabeçou as negociações do pretendido Pólo Siderúrgico de São Luís que implicaria na emissão de 35,6 milhões de toneladas/ano de Dióxido de Carbono (CO₂), principal responsável pelo efeito estufa (AQUINO; SANT’ANA JÚNIOR, 2009). Ou ainda como atesta o advogado Guilherme Zagallo (2010, p.15):

Estudo de Impacto Ambiental na cidade de São Luís-MA elaborado pela Vale em 2005 informa a emissão de 15.549 toneladas anuais de poluentes, sendo 3.014 t de material particulado (PTS) assim como 8.002 t de dióxido de enxofre (SO₂), 4.317 t de óxido de nitrogênio (NO_x), 129 t de monóxido de carbono (CO) e 28 t de hidrocarbonetos (HCT), poluentes esses gerados em 210 fontes fixas para uma produção de 6,1 milhões de toneladas de pelotas e embarque de 72,4 milhões de toneladas de minério de ferro.

Isso significa que trabalhadores, pessoas que moram próximas às unidades operacionais da Vale em São Luís, provavelmente sofrem impactos na saúde como consequência da emissão de partículas em suspensão. Obviamente, a emissão destes materiais particulados não é um prejuízo centrado apenas na capital maranhense: em Açailândia – MA, as carvoarias vinculadas à Vale poluem o bairro de Piquiá.



Figura 03. Poluição das carvoarias da Vale-Distrito Industrial de Piquiá no Pólo Guseiro de Açailândia-MA.

Fonte: Organizações, 2010.

Ateste-se que a própria Companhia reconhece que as suas atividades suprimiram áreas consideráveis na Floresta da Costa Leste Africana (16,7 km²) e na Floresta Amazônica (8,6 km²), em virtude da implantação e da expansão dos empreendimentos localizados em Moçambique (Projeto Moatize) e no Brasil (especialmente Complexo Sossego, Projeto Paragominas, Projeto Salobo e Complexo de Carajás). Ressalte-se que o Projeto Salobo, que objetiva a extração e transformação de minério de cobre, localizado em Parauapebas-PA, trouxe como “frutos do desenvolvimento”: expulsão de comunidades, poluição de igarapés, aterramento de nascentes, desmatamentos, aumento da prostituição (principalmente infantil), poluição sonora e aumento de doenças (ORGANIZAÇÕES, 2010). Tudo isso para vender minério de ferro e transportar o ferro gusa produzido por 8 gusarias situadas no municípios de Marabá, além de 8 usinas localizadas nos municípios Açailândia, Santa Inês e Rosário, no Estado do Maranhão (ORGANIZAÇÕES, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM RELATO DA NATUREZA DESTRUÍDA E TRABALHADORES EXPLORADOS

A sustentabilidade é o grande desafio do século XXI. Para onde quer que olhemos e nos debrucemos, a temática ambiental está e deve estar sempre posta. O desafio ambiental com o qual nos deparamos hoje é, indubitavelmente, fruto da crise do capitalismo, que o leva a procurar meios cada vez mais espinhosos de reproduzir as suas condições e relações de produção (LEFEBVRE, 1973).

A Vale busca, com o seu relatório de sustentabilidade, apresentar para sociedade o seu perfil de empresa socioambientalmente responsável. E, para isso, o documento é a fonte de validade, pois ele visa tornar legítimas as ações de modernização que a Companhia desenvolve nos territórios onde atua. E, por ela ser “descobridora⁹”, traz a luz todos os produtos e serviços necessários para um nível de vida “satisfatório”. Só que em contrapartida, ela demite de maneira eficiente seus trabalhadores e impacta gravemente os que estão em torno de sua área de atuação.

O seu “operador sustentável” transforma-se paulatinamente em um **operador insustentável** (pelo menos do ponto de vista ambiental). É explorando a natureza e seus trabalhadores que a Vale consegue ampliar o seu valor de mercado a cifras astronômicas. Mas, para anestesiar as situações de conflitos, ela lança mão de estratégias de responsabilidade social, como é o caso da Estação Conhecimento em Arari que, como vimos, não atende às mais básicas necessidades da população, geradas pela própria Vale, que são o ruído, a poluição, as rachaduras nas habitações e os atropelamentos.

Claro está que a sustentabilidade da Vale é questionável. Logo também é a sua “atuação enzimática”. Ao “catalisar o desenvolvimento local” a Vale fez entrar em choque as formas como se pensam o espaço. Uma empresa que visa o lucro pensa o espaço de uma maneira; enquanto os pescadores do boqueirão (São Luís - MA) pensam o espaço de **outra** maneira. E esse **outro** é extremamente importante em nossa análise posto que a Vale constrói para si uma auto-imagem de empresa responsável que traz o desenvolvimento e o progresso para os territórios nos quais

⁹ É como a Vale se apresenta em peça publicitária difundida em praticamente todos os canais de televisão aberta no Brasil.

atua, mas, em compensação, desqualifica pescadores e as relações sociais que possuem com seu território.

Simultaneamente a globalidade da Vale, tem-se a sua **impactabilidade**. Todavia, como o escopo do trabalho limitou-se a ação da Vale no território maranhense, coube destacar que a “agente global de sustentabilidade”, em verdade, desenvolve uma **cadeia produtiva de disputas territoriais** que, aí sim, pouco se restringem ao Maranhão, pois atravessa os Oceanos Atlântico, Pacífico e Índico, se reproduzindo no Canadá, Austrália, Moçambique, Indonésia, Nova Caledônia e em quaisquer países nos quais ela se instala. A sua globalidade econômica é reflexo do seu processo de internacionalização, no qual suas “boas práticas de sustentabilidade” apenas **pretendem sustentar as condições de reprodução** do mesmo.

Pelo que foi exposto, faz-se necessário reavaliar a “sustentabilidade valiana”, uma vez que, tal sustentabilidade, assim como toda e qualquer sustentabilidade de matriz capitalista, visa em primeira instância reproduzir as relações de produção. No Maranhão, assim como no Brasil, muitos conflitos ambientais pululam e, apesar da existência de leis que buscam impor limites e normatizar a sociedade, são pouco eficientes quando se trata de gigantes econômicas, como é o caso da Vale.

REFERÊNCIAS

ALVARES, Claude. Ciência. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Trad. Vera Lúcia M JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

AQUINO, Maria J. S. e SANT'ANA JÚNIOR, Horácio A. Ferro, “Canga”, Mangue: conservação ambiental e exploração mineral na Amazônia brasileira. In: FERRETTI, S. F. e RAMALHO, J. R. **Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural**. São Luís: EDUFMA, 2009.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Trad. Júlio César C. B. SILVA. Buenos Aires: CLACSO: 2005. pp.55-70.

GODEIRO, Nazareno (org.) **Vale do Rio Doce. Nem tudo que reluz é ouro, da privatização à luta pela reestatização**. São Paulo: Sundermann, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Escorpião, 1973. (La survie Du capitalisme, 1)

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder**. México: Siglo XXI/PNUMA, 1998.

MARTÍNEZ ALIER, Juan. **O Ecologismo dos Pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Trad. Mauricio WALDMAN. São Paulo: Contexto, 2007.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução: Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MACIEL e Rogério HAESBAERT. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MUNIZ, L.M; SANT'ANA JÚNIOR, H. A. Desenvolvimento sustentável: uma discussão crítica sobre a proposta de busca da sustentabilidade global. In: SANT'ANA JÚNIOR, H. A; PEREIRA, M. J. F; ALVES, E. J. P; PEREIRA, C. R. A (orgs.). **Ecos dos conflitos socioambientais**: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009. pp. 255-274.

ORGANIZAÇÕES INTEGRANTES DO I ENCONTRO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE. **Dossiê dos impactos e violações da Vale no mundo**. Disponível em CD. 2010.

PANTOJA, Igor. **Planejamento Privado social: Práticas da Vale em municípios do Maranhão**. In: PPLA 2010: SEMINÁRIO POLÍTICA E PLANEJAMENTO, 2, 2010. Curitiba. *Anais...* Curitiba: Ambiens, 2010. [CD].

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIBEIRO JUNIOR, J. A. S; SANT'ANA JÚNIOR, H. A. **A política de desenvolvimento sustentável da Vale**. Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos - ENG, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 25 a 31 de julho de 2010.

VALE. **Política de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em www.vale.com. Conteúdo Institucional acessado em 17 de dezembro de 2009a.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2009**. Disponível em www.vale.com. Conteúdo Institucional acessado em 14 de julho de 2010a.

ZAGALLO, J.G.C. **A “privatização” da Vale. Não Vale**. São Luís: Justiça nos trilhos, 2010. pp. 07-15.